

A DIVISÃO SEXUAL NAS BRINCADEIRAS: COMO O BRINCAR EXPLICA A SUBALTERNIZAÇÃO DOS CORPOS E AS DESIGUALDADES DE GÊNERO NA SOCIEDADE CAPITALISTA- PATRIARCAL?

*THE SEXUAL DIVISION IN PLAY: HOW DOES PLAY EXPLAIN THE SUBALTERNIZATION
OF BODIES AND GENDER INEQUALITIES IN CAPITALIST-PATRIARCAL SOCIETY?*

Thiago José Silva

Universidade Guarulhos, Guarulhos, SP, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.46550/amormundi.v4i2.184>

Recebido em: 10.03.2023

Aceito em: 28.05.2023

Resumo: Desde muito cedo os direitos de liberdade são violados e as imposições de gênero ditam regras na vida e no cotidiano das crianças, a sociedade capitalista emprega o patriarcado como ordem política e enraíza as desigualdades de gênero nas mais variadas camadas. Essa pesquisa busca evidenciar através dessa óptica o emprego de educação de corpos a partir das brincadeiras e como a ela pode se difundir um mal social que acompanha o indivíduo até a vida adulta. As respostas para essa pesquisa baseiam-se no maior eixo relacional de uma criança, que são as brincadeiras, através de um momento determinante para o acolhimento da identidade, internalizando a partir da infância aquilo que a elas são atribuídas. As respostas para essa pesquisa são encontradas ao longo de todo o artigo, primeiro por um estudo documental, explicando o processo de enraizamento da cultura machista e patriarcal no desenvolvimento de homens e mulheres desde o campo social até a educação, para por fim, observar o cotidiano nas escolas e comprovar como são as relações de gênero se pronunciam neste espaço. Conclui-se que as contribuições dessa pesquisa são importantes em três pontos: Identificar onde se forma esse problema estrutural, avaliar as práticas das brincadeiras como um dos principais pontos de desigualdade e equidade para a construção de gênero e por fim, como as práticas educacionais podem servir como uma importante ferramenta para não sustentar as demandas opressivas deliberadas pelas desigualdades de gênero.

Palavras-chave: Gênero; Brincadeiras; Desigualdades; Patriarcado; Educação Sexual.

Abstract: From a very early age, freedom rights are violated and gender impositions dictate rules in children's lives and daily lives, capitalist society employs patriarchy as a political order and roots gender inequalities in the most varied layers. This research seeks to demonstrate, through this perspective, the use of body education based on games and how it can spread a social evil that accompanies the individual into adulthood. The answers to this research are based on the biggest relational axis of a child, which are the games, through a decisive moment for the reception of the identity, internalizing from childhood what is attributed to them. The answers to this research are found throughout the entire article, first through a documentary study, explaining the rooting process of the macho and patriarchal culture in the development of men and women from the social field to education, and finally, to observe the everyday life in schools and see how gender relations are pronounced in this space. It is concluded that



the contributions of this research are important in three points: Identifying where this structural problem is formed, evaluating the practices of games as one of the main points of inequality and equity for the construction of gender and, finally, how educational practices can serve as an important tool for not sustaining deliberate oppressive demands for gender inequalities.

Keywords: Gender; Jokes; Inequalities; Patriarchy; Sex Education.

1 Introdução

A pedagogia é a ciência que recria o modelo do pensar na capacidade de nos fazer assimilarmos a existência da metamorfose que se é educar, reinventando novas formas do pensar e potencializando a inclusão da diversidade para a ampliação do acesso à educação e a cidadania de todos.

O curso de pedagogia tem como um dos princípios, propor núcleos de estudos básicos para a ascensão da diversidade e a atenção atinentes à ética, estética e ludicidade pertinente ao contexto do exercício profissional (BRASIL, 2006).

Portanto, essa pesquisa serve como um instrumento de aquisição para novos saberes ao campo pedagógico, a educação sexual e o brincar livre, no viés de analisar os educandos como sujeitos autônomos, críticos e plurais, reconhecendo suas múltiplas capacidades indiferente do gênero, no viés de priorizar a liberdade na aquisição de conhecimentos e a emancipação de escolha e expressão às práticas social, cultural, educativa e cognitiva, fermentando os estudos sobre educação e sexualidade, rompendo barreiras limitantes impostas pelo sistema patriarcal.

Segundo Libâneo (2006), a pedagogia é um campo do conhecimento que se instrumentaliza na investigação do processo educativo e no preparo para a vida social, operando na orientação através das práticas educativas somadas a aquisição de conhecimentos, além das experiências acumuladas pela prática social em sociedade, para a preparação da vida política e o exercício pleno da cidadania. Por tanto, a educação dá caminhos para a vivência democrática e cidadã e cabe à escola, como espaço atuante da sociedade, preparar os alunos como indivíduos participantes e críticos às esferas sociais.

Apesar das evoluções tecnológicas, os indivíduos ainda sofrem com a precariedade em avanço nas questões sociais. Por tanto, as principais mudanças necessárias para construir-se uma sociedade pensante e democrática, se dá através da educação, na absorção do conhecimento e das práticas educativas, principalmente no que se diz respeito à construção de valores. (PILETI, 2004).

Esse artigo integra um conjunto de conhecimentos que busca analisar como a sociedade pensa, age e estipula estruturalmente a divisão sexual na categorização de brinquedos e brincadeiras cotidianas de acordo com os estereótipos sociais relacionados às expressões de gêneros, bem como uma análise a prática docente e de profissionais atuantes na educação, encaram essa questão diante da pedagogia. E voltado a essas questões, onde meninos e meninas são estimulados de maneiras propriamente diferentes durante a infância, notar como essa influência recorre ao futuro na construção de um adulto reprimido em questões voltadas a limitação da expressão de gênero, sexualidade, interesses domésticos, profissionais, humanos e sociais.

Esse trabalho mostra a importância da liberdade do brincar, seja em atividades dirigidas

ou no brincar livre, especialmente na pré-escola, local onde as crianças são inseridas na prática cotidiana das brincadeiras e no contato interacional com o outro. A pesquisa enfatiza as diferentes percepções da escola e do espaço não-escolar, que prioriza em período integral o brincar livre respeitando a essência de cada criança, além de enfatizar como as lojas de departamento e o preconceito patriarcal monta um cenário de segregação e cria um imaginário sublinhando o que é permitido ou não no imaginário do dever de cada gênero.

O brincar é parte fundamental do exercício pedagógico e ampliar essa prática nas esferas educativas sem distinção de gênero, beneficia a aquisição de aprendizados e democratiza o acesso dos alunos para o saber. Para isso, destaca-se como objetivo dessa pesquisa: identificar a divisão sexual nas brincadeiras cotidianas e na categorização de brinquedos e como os gêneros são estimulados de maneiras opostas provocando as desigualdades de gênero presentes na sociedade capitalista.

No primeiro tópico é apresentada a questão social e histórica para compreender a conexão de passado e presente no brincar, em seguida, será discutido como a categorização de brinquedos e a divisão sexual nas brincadeiras cotidianas podem refletir no aspecto formador para as crianças, e por fim, observar a influência positiva de espaços educativos que priorizam o brincar livre e analisar as barreiras do preconceito estrutural que banaliza a prática social e educativa na expressão de gênero, adquiridos nas brincadeiras cotidianas.

2 A importância do brincar como aspecto formador para as crianças e como as relações de gênero se ampliam a essa discussão

As crianças fazem parte da sociedade como sujeitos atuantes e portadores de direitos fundamentais, dentre eles, o brincar é defendido por constituição e previsto pela legislação internacional e nacional, como dever do Estado, da família e da sociedade civil, a responsabilidade pela garantia desse acesso. Previsto pelo artigo número 31 da Convenção dos Direitos da Criança e do Adolescente, de 1989; o capítulo II, art. 16 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990 e a Lei nº 9.394- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)- promulgada em 20 de dezembro de 1996.

O brincar é de extrema relevância o ato mais importante para o desenvolvimento humano da criança, a ação que parte dela, vai além do lúdico e possibilita que a avance barreiras e explore a sua liberdade no livre acesso a garantir-se aptos para que exerçam a autodescoberta de si e do mundo.

2.1 Questão social e histórica: uma análise ao longo dos tempos para entender as conexões de passado e presente no brincar

Um longo período de tempo foi necessário para avançar a dimensão do brincar como um ato lúdico de extrema importância e necessidade para o desenvolvimento infantil, reconhecendo a criança como uma cidadã apta de direitos e capacitadas ao alcance de conhecimento, tendo por muitas culturas sua imagem associada a fragilidade, ingenuidade e inocência. Portanto, é somente a partir do século XIII, com o avanço dos primeiros estudos acerca do desenvolvimento

infantil, que começa a se observar o contexto da criança a partir de suas especificidades com a valorização de interesses e necessidades.

De acordo com Pozas (2012), nos dias atuais a criança é residente de uma série de conjunção, sendo ela fundamentada pela cultura recebendo influência de seu pertencimento histórico, social, cultural e seu espaço físico, desenvolvendo-se assim, na relação entre ela, o mundo e os outros. Dessa forma, os jogos e as brincadeiras se demonstram o instrumento mais relevante para seu crescimento.

Historicamente, o brincar sofreu algumas mudanças na sua independência. O que antes era vivido pela liberdade de escolha, hoje, o avanço nos centros urbanos e o complexo desenvolvimento da humanidade, acarreta no estilo de vida impactando a criança de um ser atuante, como pouco nata ao ato de brincar, tendo esse exercício a imposição feita por um adulto, onde muitas vezes acaba comprometendo a essencialidade da brincadeira que é a liberdade (LIMA, 2010).

O brincar tem então, por objetivo, destacar a potencialidade das crianças e colocá-las em experimentação e exploração concreta. A brincadeira permite que a criança se encontre em situações que através da indagação, comprometa a situação do significado estabelecendo o envolvimento com a emoção, o confronto e a negociação, além de que sua funcionalidade também insere o indivíduo na totalidade de sua cultura, proporcionando vivências de formação como pessoa.

A criança brinca para conhecer a si própria e o outro em relações recíprocas. De acordo com Lima (2010), o brincar compromete na apreensão de normas sociais de comportamentos e hábitos de cada cultura; no conhecimento de objetivos em seu contexto; no desenvolvimento da linguagem e da narrativa; no trabalho com o imaginário; no conhecimento de eventos e fenômenos em sua volta e nas relações entre os membros de seus grupos. Ou seja, o jogo e a brincadeira em seu amplo significado cultural constitui a criança como indivíduo pertencente a um grupo, dentre esse exercício, o de reconhecer papéis e compreender como eles se desempenham.

Através da cultura, as brincadeiras se firmam e fazem parte da história, esse patrimônio da espécie conclui que a sobrevivência humana não é meramente biológica e sim, cultural, onde depende-se da apropriação da comunicação humana para compreender nossa existencialidade, variando de acordo com cada agrupamento.

As brincadeiras como faz de conta, por exemplo, é uma das maneiras onde a criança introduz o que se é compreendido socialmente pela ação humana no exercício de seu ser. Esses variados papéis que são interpretados por meio do brincar, começam a ser alienados ao que se espera dessa crianças como indivíduo, onde muitas vezes, a exploração de sua propriedade autônoma é violada através de normas e estereótipos de gênero do que se é esperado de meninos e meninas, como na escolha que é feita por adultos do que se dar de brinquedo ou no que se oferecer de brincadeira.

Esse ato alienado acontece em conjunto a três fatores: a falta de autonomia das crianças no brincar livre; o desenvolvimento da sociedade machista e patriarcal como parte da cultura capitalista e as normas de gênero alienados ao modelo da família tradicional. Essa interferência acontece desde muito cedo pelo brincar, que é o primeiro momento onde a criança começa explorar sobre si e desenvolver suas expressões, compreendendo a partir da observação de

especificidade de cada indivíduo. Quando essa absorção não é direcionada à liberdade, a criança passa a explorar o que se é determinado a delimitação social de cada gênero, sendo assim, tendo seu desenvolvimento comprometido a um sistema de regras e imposições.

2.2 Gênero

A palavra gênero ganha visibilidade a partir de 1990 para conceituar a relação entre o feminino e o masculino além da questão biológica, inserindo-se assim a relação social, cultural e de poder.

O conceito é oriundo de um estudo acadêmico em condição feminina para explicar a desigualdade entre homens e mulheres. De acordo com Lins et al. (2016) pesquisadoras orientadas por questões feministas desenvolveram uma pesquisa acerca para analisar as questões universais notando uma forte influência cultural, histórica e regional para compreender a contingência social como produto.

É através das feministas anglo-saxãs que *gender* passa a ser usado como distinto de *sex*. Visando “rejeitar um determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual”, elas desejam acentuar, através da linguagem, “o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (SCOTT, 1995, p. 72). A definição de gênero, portanto, problematiza a ideia de determinação biológica, demonstrando que os padrões de conduta variam de aspectos sociais, políticos e culturais.

De acordo com Louro (2003), o conceito pretende referir o modo como as características de cada gênero são demonstradas e compreendidas, ou seja, como elas são reproduzidas na prática social e tornadas parte como contexto histórico. Esse debate se realoca a esfera social pois é nele que se acontece os debates sobre desigualdade entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisam ser buscadas não nas diferenças biológicas, mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação. (LOURO, 2003, p. 22)

Essa construção entre os gêneros estipula socialmente papéis compreendidos entre homens e mulheres, delimitando os indivíduos e inviabilizando outros que não se inserem dentro de ambos modelos tradicionalmente difundidos. As regras arbitrárias definem o que você deve ser e essa emancipação acontece na construção da sua identidade a partir de uma expectativa determinada pela sociedade. Louro, define o conceito de identidade:

Ao afirmar que o gênero institui a identidade do sujeito (assim como a etnia, a classe, ou a nacionalidade, por exemplo) pretende-se referir, portanto, a algo que transcende o mero desempenho de papéis, a ideia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo-o. O sujeito é brasileiro, negro, homem, etc. Nessa perspectiva admite-se que as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são, também, constituintes dos gêneros. Estas práticas e instituições “fabricam” os sujeitos. Busca-se compreender que a justiça, a igreja, as práticas educativas ou de governo, a política, etc. são atravessadas pelos gêneros: essas instâncias, práticas ou espaços sociais são “generificados” — produzem-se, ou “engendram-se”, a partir das relações de gênero (mas não apenas a partir dessas relações, e sim, também, das relações de classe, étnicas, etc.). (LOURO, 2003, p.25)

Essa reprodução simplista na identidade do sujeito banaliza a discussão sobre gênero e remonta um modelo nas relações interpessoais onde são assumidas redes de poder constituinte através da hierarquia de gênero, defronte as desigualdades.

Quando começamos a observar como as relações de gênero são constituídas socialmente, notamos uma série de representações onde algumas características são naturalmente consideradas “femininas” e outras “masculinas”, cabendo a introduzir esse discurso dentro de um modelo fragmentado a estereótipos. Vale ressaltar que esses modelos vigentes, onde cabe papéis fundamentais a cada gênero, estabelece uma construção de regras e normas organizadas a uma máquina de reproduzir desigualdade e repressão.

As diferenças de sexo entre homens e mulheres estabelecem os arranjos de gênero vigente, de acordo com Auad (2022), gênero é um conjunto de ideias e representações sobre o feminino e o masculino e cria determinadas percepções sobre o sexo anatômico, ou seja, o modelo anatômico determina as informações utilizadas para organizar os sujeitos em uma escala de valores desiguais.

2.3 Identidade, estereótipos e imposições: Como a sociedade delimita e provoca desigualdades?

Para compreender as relações desiguais entre os gêneros, é preciso atentar-se onde se estabelece o materialismo dentro de duas áreas fundamentais. Hirata et al. (2009) afirma que, em primeiro lugar, o gênero se manifesta no trabalho e nos meios de produção, em segundo, na organização social do trabalho de procriação, onde a capacidade reprodutiva das mulheres é frequentemente intervida socialmente. Outra demanda social entra na diferenciação entre os gêneros em questão de vestimenta, comportamento em atitudes físicas e psicológicas, além do acesso a recursos materiais e mentais.

Essa estrutura de poder coloca homens e mulheres, meninos e meninas em acessos diferentes. Dentro do campo de trabalho, em valor histórico e social, os homens têm prioridade à esfera produtiva, enquanto as mulheres à esfera reprodutiva, estabelecendo a ocupação masculina em cargos de ascensão com forte valor social, como na política, religião e militarismo. Essa divisão sexual está atrelado a separação, distinguindo o trabalho ideal para cada gênero e na hierarquização, validando o trabalho do homem ao da mulher.

No entanto, as relações de gênero ultrapassam os muros da escola e entram nas relações entre alunos e funcionários de diversas maneiras. A educação tradicional presente até hoje em alguns modelos de instituição potencializa as desigualdades de gênero, reforçando a divisão sexual em diversos momentos do dia a dia escolar, seja na separação de grupos, filas e em brincadeiras e jogos, como será discutido neste presente artigo. Esse modelo de educação, não só reforça as desigualdades e estipula regras que infringem a liberdade de convivência e autonomia, mas também reproduz os interesses dominantes de uma sociedade machista e patriarcal, que insere desde o nascimento características proeminentes do que se é considerado tipicamente feminino ou masculino. Essa interação não só segrega, como também violenta os educandos em diversas camadas, seja na liberdade autônoma que reprime a expressão e limita o acesso de conhecimento; nas práticas de atividades cotidianas, onde insere meninos e meninas em modalidades diferentes, tais como, na prática esportiva e lúdica no momento do brincar e por

fim, na violência contra mulher, diretamente associada ao modelo de poder em pertencimento aos homens, a portabilidade de impor suas vontades contra a vontade do outro, por meio de agressão física, pressão psicológica ou ataque moral.

As violências de gênero também colocam em integridade a população LGBTQIAP+, uma vez que se a orientação sexual ou identidade gênero são postas em contraposição aos estereótipos tradicionais e a heteronormatividade, essas pessoas são automaticamente impostas às situações de desigualdade e falta de acesso a direitos.

Dentro da escola, em todos os ambientes de convivência entre os alunos, as separações por gênero estão escancaradas. As relações entre meninos e meninas são ainda mais evidentes no momento do brincar, onde os interesses são voltados para atividades distintas. Percebendo-se que a educação tradicional segrega e impulsiona essa separação, seguindo o modelo de uma sociedade que culturalmente reforça os estereótipos, as brincadeiras também são vistas e praticadas a base de uma violenta divisão, seja nos jogos, brincadeiras e atividades direcionadas pelos professores ou na prática do brincar livre, onde as crianças já criaram ciência no ideal de brincadeira para o seu gênero.

As representações entre o feminino e o masculino, reforçam os interesses de organização das práticas escolares, os jogos e as brincadeiras das quais participam os alunos traduzem as relações de gênero na escola. De acordo com Auad (2022), ao brincar, um grupo exclusivamente composto por meninas ou meninos, aciona relações de gênero das quais o masculino e o feminino estão em jogo, essas relações estão presentes nas práticas a despeito do sexo integrantes do grupo. Ou seja, os arranjos de gênero continuam sendo desiguais dentro de segregadas realidades.

Por mais que a prática do brincar esteja diretamente associada ao mais importante alicerce de desenvolvimento saudável entre as crianças, quando não bem direcionada, essa prática pode integrar a um conjunto de fatores que impulsionam a desigualdade. Se os meninos são estimulados com mais precisão ao futebol, as meninas naturalmente saem em desvantagem na sua valorização do esporte; por outro lado, se as meninas são incentivadas a brincar de casinha, os meninos são desestimulados ao trabalho doméstico. Esse cenário de segregação recria uma desigualdade amparada no desenvolvimento desses indivíduos. O futebol que ganha uma referência machista sendo representado majoritariamente por homens pela televisão e as grandes mídias, reforça o estereótipo de que esse jogo é paralelo ao ambiente masculino, portanto as meninas são estruturalmente excluídas dessa prática esportiva por não ser vista como seu local de atuação e quando incluídas, uma série de repressões e preconceitos são direcionadas a elas. Enquanto isso, as meninas são incitadas as brincadeiras de esfera doméstica reproduzindo uma tarefa que foi historicamente associada às mulheres, esse modelo de “mãe provedora do lar” recria um cenário de desigualdade muito visto dentro do ambiente doméstico entre as famílias, onde a função principal de cuidados com a casa e os filhos são associadas às mães, sendo observado e reproduzido através do brincar pelas meninas, muitas vezes, algumas responsabilidades dessa esfera são dadas a elas ainda quando crianças. Esse afastamento dos meninos ao trabalho doméstico, torna na educação deles a falta de responsabilidade com as tarefas atribuídas ao lar e ao cuidado com o próximo, dentro de uma visão do futuro, os meninos já internalizam o descompromisso com a paternidade e os trabalhos domésticos com a casa.

Essa expectativa marca um predomínio muito forte nas relações entre os gêneros (LINS, et al. 2016, p. 19). Toda vez que a menina tem menos incentivo para fazer algo que é considerado

“de menino”, os estereótipos de gênero funcionam como um freio para todas as possibilidades de aprendizagem que poderiam delinear o futuro dela. Ou seja, vale questionar como nossas escolas têm perdido a cada ano excelentes jogadoras de futebol justamente pelas meninas serem desencorajadas a esse esporte, ou a quantidade de homens que poderiam desempenhar um relevante papel na esfera doméstica ao cuidado do lar, que por serem meninos, são dissociados ao trabalho doméstico.

Lins et al. (2016), também aponta um outro cenário de extremo alarme para as diferenças entre os gêneros no âmbito da educação, a taxa de meninos negros e de periferias das grandes cidades apontam uma forte contingência de evasão escolar. Além das demandas de desigualdade social envolvendo questões como raça e pobreza e embora haja uma ideia onde os meninos se desempenham melhor nas ciências exatas (baseado ao estereótipo em que homens têm um raciocínio lógico melhor que as mulheres), a escola ainda sim é pensada como um espaço privilegiado para o que se entende de feminilidade, sendo que os critérios mais utilizados para definir um “bom aluno” está em relação ao capricho, atenção, determinação e obediência, adjetivos difundidos e esperado na maioria das vezes pelas meninas. Portanto, um dos contextos de evasão escolar se difunde a esse pensamento, dessa maneira, tornando a resistência a algumas regras da escola uma feição atribuída aos meninos constituírem sua identidade e se mostrarem publicamente como masculinos. Esse acaba sendo mais um exemplo de como o sistema de estereótipos e desigualdades podem afetar diretamente os direitos e as experiências para homens e mulheres.

Junto às brincadeiras, jogos e atividades, os brinquedos também são carregados de valores e preconceitos pela sociedade. Dessa maneira, é muito comum vermos a separação de setores em lojas de brinquedos, que dentro de visão machista, estipula o brinquedo adequado a cada gênero. Incorporando no cotidiano das crianças o valor hierárquico onde homens estabelecem uma posição de poder a figura feminina. De acordo com Nascimento:

É na família que se inicia a “domesticação” de meninas e meninos, e assim vão sendo desenhados os papéis do que é ser homem ou mulher, nomeados a partir de supostas diferenças biológicas, determinando um lugar como referência, na cultura hegemônica patriarcal, que cria relações materiais e representações simbólicas do lugar do homem e da mulher na sociedade, imputando posições que estes devem assumir de acordo com o sexo, afirmando, assim, a suposta “diferença natural” para estabelecer atribuições e deveres, considerados “femininos ou masculinos” (2014, p. 260-261).

Portanto, é nesse espaço de casa que se inicia a determinação do que se é esperado entre meninos e meninas criando um movimento distorcido de preconceito e limitações e criando uma separação ao que se é ofertado de brinquedos.

Os brinquedos oferecidos para as crianças possuem uma carga ideológica e cultural muito grande, onde socialmente delimita os gêneros hierarquicamente a um sistema de valores sociais dominantes. Ao escolher o brinquedo que será doado a criança, os adultos acabam por definir valores ao masculino e feminino, atribuindo um significado para a brincadeira e delimitando o que é aceitável a eles. Essa refração da sociedade capitalista e patriarcal, insere atributos na mente das crianças influenciando diretamente no seu comportamento e desenvolvimento. Como afirma Nascimento:

Na medida em que separam os brinquedos, tipificando-os como “de menina” ou “de menino”, acabam estabelecendo uma relação assimétrica entre as crianças, contribuindo para que esses acreditem que realmente eles são naturalmente diferentes em todas as esferas da vida, e que devem assumir sua posição de homem ou mulher, segundo os preceitos patriarcais. (2014, p. 267)

Notoriamente, os brinquedos acabam atribuindo um valor para a vivência das crianças, que a partir desse instrumento reproduzem papéis socialmente estabelecidos, reproduzindo situações do cotidiano e estabelecendo os valores da cultura hegemônica. Ou seja, dessa maneira o brinquedo constrói na criança a identidade de ser homem ou mulher.

De acordo com Louro (2001), as identidades assumidas por ser homem e mulher vem de uma construção social para reafirmação política, dentro dessa perspectiva, a maneira como essas relações são assumidas, são delimitadas por interesses de poder. Portanto, o brincar interfere nessa construção, já que possibilita culturalmente e socialmente o reconhecimento da criança como um determinado indivíduo.

3 A escola mista e a ‘coeducação’ como prática refletoras ao combate às desigualdades para as relações de gênero

A primeiro olhar, ao se pensar nas escolas mistas, pensamos na valorização de oportunidade igualitária para homens e mulheres, mas ao observarmos o contexto social, político e cultural, há brechas segregadoras que estimulam a desigualdade. Devido a essa constatação, atualmente, em uma ação política e intencional, busca-se entender o ensino misto como a instrução de homens e mulheres, em um mesmo espaço físico e temporal, que se denomina, aqui, de coeducação (CARRA, 2019, p. 550)

De acordo com o livro *Educar meninos e meninas: a questão de gênero na escola*, escrito por Daniela Auad (2006), o termo ‘coeducação’ surge como uma ruptura para a educação sexista, ou seja, trata de maneira igualitária as relações de gênero na escola. Essa prática visa, portanto, colaborar para que as mulheres, por muito tempo excluídas do sistema educacional, possam ocupar lugares de acesso e êxito. Para além, essa designação amplia a qualidade educativa sem distinção socioeconômica e étnico-racial com um currículo e práticas pedagógicas que amplie a igualdade e a representação aos educandos. A constante busca constitui um aspecto significativo do esforço para o ideal de uma práxis educativa para a democracia e para a implementação de um programa de educação que intencione uma formação voltada aos direitos humanos (CARRA, 2019, p. 550).

Em um breve histórico, a ‘coeducação’ sempre foi repudiada pela igreja católica que possuía a “ordem moral” como um princípio ativo, recaindo diretamente a manipulação sobre o corpo da mulher. Nesse viés, a igreja problematizava a prática por privar as mulheres de direitos civis, mercado de trabalho e a independência como ameaça a família heteronormativa. De acordo com Carvalho (2018), as escolas mistas entram em debate no Brasil através de uma ação protestante de missionários norte-americanos por volta dos anos de 1870, no entanto as ideias democráticas tinham o referencial para interesses econômicos, já que custavam menos para os cofres públicos.

A segunda onda do movimento feminista por volta de 1970 é marcada por avanços e

questionamentos sobre as mulheres nas esferas do poder público e acadêmico, com o intuito de torná-las sujeitos visíveis e acabar com o silenciamento a cerca de suas vozes pela norma masculina. É a partir da intersecção entre a luta feminista acadêmica e política das relações de gênero que surge os conceitos contemporâneos de coeducação (CARVALHO, 2018, p. 5).

A pedagogia feminista busca se embasar no plano de igualdade, passado em propósito acadêmico para o professor e posteriormente, para o saber dos alunos. De acordo com Laura (1997), essa ação de planejamento, busca estimular na luta pelos sujeitos que foram historicamente calados pela cultura hegemônica, questionando as hierarquias implantadas pelo modelo tradicional.

O exercício da busca pela implantação da ‘coeducação’ nas escolas, pode significar um ato construtivo para romper a segregação e as diferenças entre os gêneros. Carra (2019) menciona que essa prática poderia minorar questões como feminicídio e violência doméstica, homofobia e questões intergeracionais. Assim como o proposto, o aluno poderia olhar para si e o outro de maneira igualitária, possibilitando o desenvolvimento pleno para esses indivíduos.

3.1 O patriarcado manipulando as relações de gênero na escola: ao olhar pedagógico.

A escola é um ambiente transgressor para a relação humana, é neste espaço que o desenvolvimento em diversas áreas da vida dos alunos é feito. Portanto, a construção da identidade e o ato de assumir papéis sociais está diretamente ligado ao caráter de formação desses indivíduos. O sistema educacional contribui com as ideias obsoletas para a construção de identidades pessoais, baseadas no sistema de critérios que definem homens e mulheres.

Essa concepção influencia diretamente na relação entre professor e aluno, Maia et. al (2018) destaca que a figura docente está sempre atenta ao comportamento e a orientação sexual de seu alunado com o viés de reforçar sempre o estigma da heteronormatividade. Essa preocupação cabe ao excesso quando a conduta dos meninos tende a ser ainda mais severas.

O complexo de imposição para a masculinidade infantil, não cabe apenas na ação de nomear o sujeito como um menino, mas na evasão de sua impessoalidade para impor normas sociais e reforçar uma série de estereótipos aos interesses que dentro de uma cultura machista e patriarcal é apropriada ao indivíduo de acordo com seu sexo, socialmente descritivo ao homem. O reforço dessas normas são ainda maiores quando a irresponsabilidade do adulto cabe ao impor e reforçar esse sistema de apropriação. Felipe (2016), menciona que essa preocupação está diretamente ligada a preservação da masculinidade heterossexual adulta.

Esse pensamento de padronizar homens e mulheres para formar sujeitos guia o trabalho pedagógico, visto que os professores não tiveram uma formação adequada no que tange às relações de gênero e sexualidade na educação. De acordo com Maia et. al (2018), os valores e condutas dos professores em sala de aula são refletidos através de seu viés educativo, cabendo a interferir diretamente nos critérios de avaliação dos educandos. Essa praxe acaba por regularizar dentro do pedagógico e nas relações escolares uma luta por padronizar e caracterizar alunos ao modelo arraigado dentro de uma visão tradicional, no qual os critérios são difundidos na concepção da heteronormatividade.

De acordo com uma pesquisa realizada por Maia et. al (2018) no estudo, alguns

professores da rede básica de ensino discursaram sobre a influência da escola na construção dos sujeitos. As opiniões variam a cada entrevistado, mas alguns acreditam que a formação de gênero é estruturada em casa e a criança chega na escola com “ideias rígidas do que é feminino e masculino”, portanto, os mesmos definem o ambiente escolar como igualitário nas relações entre meninos e meninas. Por outro lado, alguns educandos observam a construção da identidade de gênero dos alunos na escola. Dentre as citações, está que a escola deveria intervir nos desvios as condutas que são consideradas “normais” ao papel de gênero daquela criança, por outro lado, há uma presente estipulação do que é considerado de menino ou menina, e que alguma criança que deseja brincar, se comportar ou vestir-se de acordo fora da normalidade constituída socialmente de seu gênero, já configura que essa não se sente pertencente ao gênero na qual ela está constituída.

Essa rotulação evidente nas entrevistas entre os professores demonstra que esses profissionais imprimem a constituição da sociedade e que além disso, estão impostos de valores e crenças e que a forma como constituem seus alunos são interferidos em um sistema de separação de gênero. Essa periculosidade acaba por interferir no desenvolvimento dos alunados, já que muitas vezes suas intenções pedagógicas estão em separar, distinguir e rotular no dia a dia do âmbito escolar, rompendo a liberdade e o acesso dos alunos na construção de seus valores. De acordo com Zaidman,

[...] a mistura entre meninas e meninos aparece bem neste caso como um modo de gestão do espaço social. Assim, por exemplo, obrigam-se geralmente as crianças a se sentarem em alternância menina/menino, para quebrar os grupos de afinidade por sexo ou, simplesmente, para estabilizar e enquadrar os meninos. Além disso, as meninas são constantemente convertidas em ‘auxiliares pedagógicas’ dentro de um desejo de eficácia das professoras sobre um plano simplesmente disciplinar — manter tranquilos os meninos. As professoras se apoiam sobre as características de gênero ligadas à socialização primária no seio da família: as meninas são mais calmas, mais estudiosas, elas têm todo o seu material escolar. Elas investem-se de vantagem no jogo escolar (ZAIDMAN, 1995, p. 91)

Zaidman (1995) em seu estudo, reforça como o trabalho dos professores têm uma intencionalidade na forma como manuseia a separação das crianças por gênero, entretanto, é possível recorrermos que mesmo praticadas, essa bruta separação ainda carrega a falta de consciência de alguns docentes em analisar como esse mapeamento pode prejudicar no desenvolvimento do indivíduo. Carvalho (2018), afirma que a partir de uma pesquisa realizada no interior das salas de aula, o professor que mantém a prática de separação por gênero, reforça uma segregação histórica, política e social que sempre foi importada para homens e mulheres, reflexo da sociedade patriarcal e machista.

Para compreender melhor como esse sistema ganha o interior das escolas muitas vezes com a intencionalidade banalizada pela equipe pedagógica, Maia destaca em suas pesquisas a concepção dos professores ao entendimento do tema,

Para algumas professoras, não existem diferenças no rendimento das crianças em função de gênero, enquanto para outras as diferenças são plausíveis, embora esta ideia, no cotidiano, não se sustente uma vez que elas percebem que existe flexibilidade nos padrões de rendimento dos alunos devido a motivações individuais ou a influências do contexto e não especificamente ao gênero que pertencem (MAIA *et al.*, 2018, p. 34).

Por mais que a questão das relações de gênero ganhe enfoque nas mídias e se globalize pelo mundo, a escola ainda sofre com a rigidez de um sistema de ensino patriarcal, aos moldes do tradicionalismo que se faz muito presente no contexto educacional até a atualidade. A educação sexual, um dos fatores que poderiam colaborar com a disseminação de informação sobre o tema, ainda é considerado tabu, o que acaba por potencializar um estigma e desinformação muito grande. Todos esses fatores só impulsionam as desigualdades, já que a falta de acesso a essa informação acaba por demonstrar que estereotipar e separar não impacta o desenvolvimento infantil, sendo esse, um dos principais problemas banalizado e pouco discutido no cenário da educação básica.

Além da intenção pedagógica do professor, os cursos de ensino superior, por mais que discuta as questões de gênero, ainda sim consolida a falta de informação, estudo e pesquisa sobre o tema. A prática docente, anterior a ganhar as salas de aula, evade questões transversais o que acaba por negligenciar práticas e conduzir as crianças para o que é socialmente tido como o “certo”. Posterior a isso, a irresponsabilidade do dever público para fornecer formação aos professores, não discute e nem conduz as diretorias e coordenações para tratar sobre o tema. Essa negligência é um problema estrutural de difícil acesso e que não ganha exponencial nas escolas.

A ‘coeducação’ permite que os professores possam olhar para as questões de gênero no interior do seu trabalho resultando nas apropriações de direitos igualitários entre os estudantes além da divisão sexual que impõe um regime anti-democrático sobre proporcionar aos alunos serem quem eles são e desejam ser, explorando a liberdade do acesso educativo.

3.2 A divisão sexual recriando as violências de gênero no brincar

O brincar está intrínseco nessa construção, ao observar o cotidiano de um ambiente escolar, Auad (2006) presenciou que muitas vezes as separações de gênero transpassam a sala de aula e ganham espaço em momentos de autonomia entre as crianças. Pode-se observar que ao longo dos recreios as meninas e os meninos brincavam sistematicamente de acordo com crianças do mesmo gênero ao seu, mesmo havendo ressalvas de poucas crianças que desviavam a essa norma. Esse relato é uma das maneiras como podemos associar a influência das regras e divisão entre os gêneros no cotidiano que afetam e estipulam as relações espontâneas na infância.

Ao se observar esse cotidiano escolar, a autora também enfatiza em quais brincadeiras havia uma influência maior entre os meninos e as meninas, e como esses comportamentos eram manuseados em claras distinções. De acordo com Auad (2006), as atividades exclusivas entre as meninas estavam associadas a comunicação entre elas, na maioria das vezes com assuntos relacionados a família, televisão, temáticas infantis, brinquedos desejados e conquistados; quanto aos meninos, suas práticas estavam na ocupação do pátio em práticas esportivas, como jogar bola, faz de conta de super-herói e bater figurinhas com as mãos. Entre as atividades mistas, estavam a queimada, pular corda e dançar. Essas práticas das atividades mistas ainda sim reproduziam amplas desigualdades, em uma das brincadeiras o pega-pega foi adaptado com o objetivo da criança perseguir o colega do sexo oposto, sendo que na maioria das vezes a menina era sempre perseguida pelos meninos com reprodução de violência contra elas, em uma outra brincadeira

intitulada como “beijo, abraço ou aperto de mão”, foi observado um forte tabu por parte dos meninos em relação ao contato físico com outros alunos do mesmo gênero, enquanto as meninas na maioria das vezes buscavam se cumprimentar entre si.

Através dessas observações, é possível notar de maneira muito clara como a separação das brincadeiras não só segrega, como também banaliza e reproduz violências, demonstrando uma problemática naturalização e reprodução da violência contra a mulher no desenvolvimento dos jogos. Além disso, as atividades mistas que evidenciaram o reforço da desigualdade entre o masculino e o feminino, acaba por externar como o machismo opera as relações, e que a interação entre os meninos é uma das principais afetadas, já que eles se sentem com uma extrema dificuldade em gestuar carinho e toques físicos com pessoas do mesmo sexo.

Auad (2006) também frisa que a dominação masculina nos espaços em atividades dinâmicas foi evidenciada em diversas pesquisas pela América Latina e a Europa, correlato aos estudos, as potentes expressões entre as relações de gênero influenciam como meninos e meninas articulam-se corporalmente de maneiras desiguais.

A dominação do espaço do pátio pelos meninos permite reconsiderar que simbolicamente a separação entre o espaço privado, atribuindo às mulheres, e o espaço público, tradicionalmente masculino. De um lado, a violência potencial, do outro, a abstenção e as vítimas potenciais. (AUAD, 2006, p. 51)

Os acontecimentos pertencentes a essas brincadeiras são analisados como “aprendizado da separação”, ou seja, as brincadeiras iam se adequando aos corpos ao que é instituído e caracterizado pelo feminino e o masculino. Para interpretar a questão a autora explica como funciona o predomínio das atividades:

[...] haviam jogos barulhentos e agitados a serem realizados pelos meninos, e jogos mais discretos e limitados no espaço, como “pular elástico”, a serem realizados pelas meninas. Os meninos ocupavam os centros das quadras, em todos os recreios. Às meninas restavam os cantos laterais do pátio, na hora do recreio ou na hora da entrada, na qual apenas as meninas (ou elas predominantemente) ocupassem espaços amplos das quadras, como é o caso do futebol para os meninos. (AUAD, 2006, p. 52).

De acordo com Pereira e Oliveira (2016), as relações de gênero estipulam a maneira como nos tornamos homens e mulheres, e como as crianças na sua representação masculina e feminina é uma constituição cultural apreendida em diversas camadas da sociedade, sendo a escola, uma das principais atmosferas de absorção. Daniela Auad ao analisar o funcionamento espontâneo das brincadeiras entre os alunos, sinaliza como o ambiente escolar também é um ambiente transgressor de desigualdade e separação desde a infância e que os jogos e as brincadeiras é o principal referenciador de como as vinculações entre as crianças são reflexos de como a sociedade patriarcal manuseia nossos corpos em pertencimento a referências, banalizando e produzindo desigualdades.

Nesse sentido, o brincar acaba por demonstrar as relações apreendidas pela sociedade, esse aprendizado cultural internaliza os significados performativos oferecidos pela sociedade. Auad (2006), frisa a importância das escolas mistas não fragmentar e oportunizar as crianças em fazerem as mesmas atividades, além disso, para que haja um respeito e equidade entre as crianças, a ‘coeducação’ transporta ao discurso dessas atividades refletirem a intenção de discorrer sobre as oposições históricas do lugar da mulher, problematizando as relações de poder a favor dos

homens para erradicação desse problema social.

3.3 A raiz do problema

Os estudos feministas são um referencial teórico e metodológico de muitas camadas, seu foco principal está nos estudos fenomenológicos acerca das questões que envolvem as relações de gênero. De acordo com Beauvoir (1967), ninguém nasce mulher: torna-se mulher. O sistema patriarcal cria por definir um conjunto civilizatório que elabora um produto de interação social, ao viés dessa perspectiva, a autora afirma que a mulher seria destinada ao casamento, estando a mercê de objeto da supremacia masculina.

Apesar das muitas evoluções e ganhos de direitos, as mulheres ainda sofrem com a violência simbólica, esse mundo dominado pelos interesses masculinos ainda pauta a interação entre as pessoas. É imprescindível que analisar qualquer questão de gênero esteja intrínseco à vista dessa consciência, dos quais as questões das brincadeiras e brinquedos ganham tamanha complexidade.

De acordo com Nascimento (2016), considerar a influência dos brinquedos na apropriação das crianças, acionado involuntariamente os valores sociais em representação de classe e identidade, ou seja, a ação do adulto doar um brinquedo para as crianças aciona valores sobre o feminino e o masculino, colocando esses indivíduos dentro de um fator cultural dominante.

A educação sexista sintetiza não só o diferenciamento sobre o que é ser homem ou mulher, como também manuseia essa relação para as diferenças em desigualdades naturalizadas pelo viés biológico. A desigualdade entre homens e mulheres, historicamente naturalizada nas relações sociais, encontra na educação sexista um suporte ideológico para sua reprodução cotidiana. (NASCIMENTO, 2016, p. 299).

Questionar esse sistema que oferece posições dissimilares para homens e mulheres procria um discurso assertivo sobre as relações de gênero ser constituído socialmente e não por uma determinação de sexo. No entanto, o papel da escola ainda não oferece subsídios para a construção de criticismo e internaliza um mal social de ser “fábrica” na formação dos alunos.

É nesse espaço formal que se fortalece a construção de opiniões, comportamentos e posturas diante da própria identidade de gênero que é atribuída às crianças, fazendo com que elas façam uma leitura do mundo muitas vezes embebida na ideologia patriarcal dominante. (NASCIMENTO, 2016, p. 301)

A escola por esse meio vincula uma prática, cria diferenças, rompe a educação igualitária, impossibilita um desenvolvimento similar e potencializa as desigualdades. Pensadas junto a essa estrutura, uma lista de estereótipos impõe a socialização da criança com o mundo. Ao fazer essa leitura, encontramos que as camadas dominantes vão principalmente contra as meninas, impostas aos quesitos desiguais. Essa construção do ser feminino rotula com muita propriedade e esse mecanismo as desfavorecem, ao contrário dos meninos, que são criados com espaços menos debilitados e uma maior liberdade. Apesar da política de poder estar ao favor do masculino, as imposições sobre ser homem também jogam responsabilidades e estereótipos que muitas vezes reprimem ou afloram um trejeito definido pela sociedade, impondo uma série de repressão ao que ele não atingiu sobre o seu “papel”.

Pensar no brincar e nos brinquedos, é pensar como o patriarcado e o machismo justifica e banaliza o desenvolvimento das crianças, além de deliberar o que é socialmente aceito ou não para essa domesticação. Nascimento (2016), aponta que em uma sociedade capitalista, a educação sexista está imposta para reproduzir os meios de desigualdades entre os gêneros, sendo importante não só pensar nas questões de gênero na sociedade, como também analisar onde nasce o problema, que reside na divisão entre classes e divisão sexual no trabalho, que desde cedo é oferecido na diferenciação para as crianças. Por tanto, o trabalho pedagógico necessita carregar uma intencionalidade de não dar vazão ao desenvolvimento dessa perigosa conduta delimitada pela sociedade.

4 A busca de uma resposta: às questões de gênero se estabelecem nas metodologias das escolas?

A organização escolar, compreende-se como um mecanismo que pode ser ela potencializadora de desigualdades ou equidade nas relações de gênero. Para tanto, o brincar está diretamente intrínseco na construção do planejamento dentro de uma escola no oferecimento do desenvolvimento infantil. Analisar as práticas do brincar no viés de ter uma visão técnica para as questões de gênero difusas na prática, é importante para compreender como mesmo em um ambiente educacional, o sistema dirige-se em comprometer-la aos interesses da sociedade patriarcal e sexista. Portanto, os ensinamentos que os professores carregam, dentre seus preceitos e práticas pedagógicas, é oriunda de uma estrutura de conhecimentos que manipulam as relações entre homens e mulheres, que muitas vezes podem ser legitimadas pelas práticas pedagógicas ou institucionais.

Observar o cotidiano dentro das escolas significa olhar com atenção e sensibilidade a interatividade entre os sujeitos a quem pertencem. Os resultados dessa pesquisa buscam de maneira objetiva e clara, monitorar através do olhar minucioso o funcionamento das brincadeiras e os recursos que são oferecidos a elas durante o brincar livre e as atividades em meio a interatividade uns com os outros, destrinchadas durante as aulas, recreios e recreação.

Os resultados obtidos terão como principais fontes duas instituições de ensino, ambas trabalham em horário integral, sendo uma delas um espaço que valoriza o brincar livre como principal fonte de desenvolvimento saudável entre as crianças e por outro lado, uma escola voltada ao desenvolvimento da criança na oferta da educação técnica. Por meio dessa análise, o principal referencial será ampliar a discussão de maneira a refletir como as crianças brincam e têm seus pensamentos formados através de estruturas e valorização do educando de maneiras distintas.

O resultado dessa pesquisa não busca ranquear a melhor oferta de cada instituição. Ambas, foram escolhidas por ter suas intencionalidades muito bem direcionadas em esferas e contextos diferentes. Através da anonimidade desses espaços, o presente artigo refere-se à educação de qualidade, mostrando contrapontos na valorização da brincadeira de acordo com a rotina embasada ao planejamento metodológico escolar. No entanto, a pesquisa não busca discutir suas metodologias e planos de ensino, a análise de seu foco instrumental serve para discutir e sensibilizar as pessoas a demonstrar como a evolução metodológica da instituição influi na oferta de desigualdade e/ou equidade entre os sujeitos por gênero.

Por outro caminho, toda a discussão sobre as desigualdades de gênero reforçadas através das brincadeiras e as estruturas patriarcais dentro dessa prática, serão demonstradas a partir da observação em lojas de departamento na separação e nos estigmas dos brinquedos na venda e oferecimento desses produtos através da intencionalidade que a exposição carrega, além de analisar como essa estrutura social, familiar e educativa de desigualdade e discriminação atingida na infância amplia a partir do brincar e afeta na construção do sujeito até a vida adulta.

A metodologia de pesquisa adotada, voltado à visita monitorada, permite a construção de conhecimentos rápidos, a fim de propiciar uma discussão para a construção do senso crítico. De acordo com Andrade e Lima (2018), a relevância da visita técnica está na possibilidade de construir, demonstrar e aplicar contextos, a fim de aliar a importância da teoria em um contexto real. Portanto, esse instrumento tende a enriquecer na construção da sensibilização e construção de concepções alternativas, voltadas a transformar em concepção de conhecimentos técnicos-científicos.

4.1 Meninas brincam de casinha e meninos jogam futebol

Autuada pelo modelo técnico ou liberal de aprendizagem, a *Escola 1* baseia-se em um ensino voltado a conteúdos programáticos a cada etapa, ancorada aos livros didáticos que precisam ser contemplados de acordo com a autonomia do professor. A sala de aula invertida é um importante instrumento para contemporizar os novos modelos de ensino, a fim de satisfazer e contemplar o bem-estar das crianças no processo de ensino aprendizagem, atendendo assim a necessidade de cada educando através dos agrupamentos produtivos.

De acordo com Luckesi (1999), a pedagogia liberal se apoia a ideia de que a escola é um espaço formativo com a função de preparar o indivíduo para a vida social e do trabalho, ela esconde as diferenças das classes e trata o aluno independente das disparidades desses, importunando-os de maneira igualitária.

Antes do relato descritivo sobre a socialização do brincar, foi possível notar nas práticas educativas um sistema pedagógico incitado a separação de gênero nos momentos das filas, em atividades ministradas pelos professores, nas falas e na generalização dos comportamentos, onde meninas e meninos foram enquadrados a julgamento de professores e generalizados em categorias sexistas. Os indivíduos, mesmo que não culpados, acabavam levando culpa pela ação apenas de ser homem ou mulher, fazendo assim parte de um enquadramento e limitando-os aos comportamentos desejáveis pelos profissionais.

No interior da *Escola 1*, o espaço é amplamente planejado para o desenvolvimento integral do aluno em sala de aula, que é avaliado sistematicamente a fim de cada etapa, pela preocupação conteudista, questões de valores sociais são discutidas sem conscientização, sendo apenas punitivas as ações dos alunos. Portanto, as questões de gênero estão ilícitas ao planejamento dos professores e a preocupação da rede escolar.

A partir desses pontos, a próxima análise foi em perceber como funcionam as relações de gênero nos momentos do brincar e nas aulas de educação física, baseando-se na organização das crianças, imersas em jogos e atividades externas. A *Escola 1*, busca contemplar uma hora de atividade de recreação para os alunos, onde são levados a espaços multidisciplinares incluindo

o parquinho e o pátio, ambos os lugares desenvolvem-se as brincadeiras livres. Também foi analisado o dia do brinquedo, onde crianças do primeiro e segundo ano do ensino fundamental participam uma vez por semana.

A separação do gênero foi observada no cotidiano das brincadeiras, as relações e dominações de poder se traduzem na intencionalidade de cada brincar, e mesmo diante da autonomia das crianças, elas acabam por reproduzir como a sociedade caracteriza o que é socialmente e discriminadamente feminino e masculino.

Para a observação das brincadeiras vivenciadas pelas crianças durante os recreios e o momento de recreação, uma tabela será organizada por três tópicos:

- a) Atividades exclusivas entre as meninas;
- b) Atividades exclusivas entre os meninos;
- c) Atividade mista.

Quadro 1. Atividades realizadas pelas crianças da escola 1

1. <i>Atividades exclusivas entre as meninas</i>	Conversas cotidianas sobre TV, música, séries, cinema, famosos e redes sociais; brincadeira de mão, maquiagem, faz de conta, leituras e desenhos.
2. <i>Atividades exclusivas entre os meninos</i>	Brincadeira de força, futebol, luta, faz de conta de animes, trocas de figurinhas, bater cards, futebol de mesa
3. <i>Atividades mistas</i>	Pega-pega, vivo ou morto, esconde-esconde, brincadeiras no parquinho, tamancobol.

De acordo com a tabela, as brincadeiras apesar de fazerem parte do cotidiano de todas as crianças, ainda sim resguardam em seu interior uma distinta separação. Por vezes, as meninas que conversavam, lanchavam e brincavam no pátio, sentavam-se na sala com as mesmas meninas. E os meninos também faziam suas atividades com seus próprios colegas de classe. As misturas aconteciam conforme alguma criança socializava com um grupo do sexo oposto ao seu.

Algumas atividades exclusivas entre os meninos, também eram frequentadas por algumas meninas, essas relações eram compostas por um grupo que continha sua maioria masculina e uma menina fazendo parte dessa rede de amizade, demonstrando a flexibilidade de permissão por parte delas por adentrarem em brincadeiras ocupadas por uma participação masculina predominante.

O machismo incutido na cultura hegemônica demonstra como resultado que as crianças desde cedo internalizam os estereótipos e o controle do corpo pelo patriarcado, os meninos não estarem presentes nas atividades praticadas pelas meninas demonstram a rigidez na construção do que é ser homem, visto que, as práticas vivenciadas pelas crianças da Escola 1, demonstram como as relações são difundidas em representações sociais, como o papel dirigido a mulher de se maquiar e cuidar da casa, e o do homem em ser provedores e líderes na construção da relação humana.

Por outro lado, o reforço da divisão de gênero na brincadeira não solidifica de maneira espontânea, as crianças também internalizam a intencionalidade pedagógica dos profissionais da instituição. Fabricadas em distintas diferenças, elas vivenciam as condutas que são manuseadas pelos professores. A prática de reforçar o papel de cada criança pelo seu sexo impõe um exercício

delas se comprometerem com um estigma que não é apenas herdado socialmente, e sim manipulado e imposto pelo sistema. O relacionar-se com o outro está dirigido ao olhar atento delas de se identificarem com o que é apresentado e reproduzir as normas sociais através do brincar.

Durante as atividades e jogos esportivos nas aulas de educação física, a violência e dominação masculina ficou exposta. Além de sempre serem colocadas em jogos e times distintos dos meninos, as meninas foram frequentemente agredidas e expulsas das atividades pelos colegas de sala. Em meio ao desenvolvimento da atividade, os mesmos colocavam as meninas em uma posição de inferioridade sobre seus corpos, em posição onde elas desempenhavam um papel de pouca locomoção e esforço físico.

Apesar de todos e todas vivenciarem um mesmo ambiente, é fácil observar algumas ameaças aos direitos dos alunos ocuparem os espaços igualmente. Tanto o parque, quanto o pátio e o campo, tinham a dominação corporal dos meninos em excesso. Nessa relação de corpo e espaço físico, a dominação faz parte de uma condição sistêmica que se desenvolve no crescimento masculino, uma determinação de poder e pertencimento, ampliação e dominação do espaço.

A violência intrínseca ao contexto do brincar também é um reflexo da desigualdade. As meninas pacientes e solícitas resolviam suas questões através da conversa e do entendimento, diferente da quantidade de ocorrência descrita pelos meninos com agressões físicas e verbais. Um dado alarmante durante as brincadeiras mistas e a aula de educação física foi a quantidade de meninas agredidas pela perseguição masculina durante as brincadeiras. Como exemplo disso, um menino do quarto ano se recusou a jogar com algumas meninas por classificá-las como “chatas”, “choronas” e “frágeis”.

A violência de gênero também esteve presente em ataques diretos e indiretos entre as crianças, na fala dos meninos, em momentos de estresse e frustração nas brincadeiras, os xingamentos eram distribuídos entre eles ofendendo a figuras familiares femininas, como mãe, tia e avó.

Por outro lado, podemos perceber como essa construção de gênero faz parte de um estereótipo conduzido pela família. Observando o dia do brinquedo, ficou claro como a família dispõe e oferecem uma construção sexista para as crianças. Na hora de recreação as meninas chegaram carregadas de brinquedos em que predominava a cor rosa através de ursos; bonecas; utensílios domésticos como talheres, pratinhos e panelas; maquiagem e casinha de boneca. Os meninos chegaram com bonecos de super-heróis e animes; carrinhos; jogos de tabuleiro e espadas.

Durante o momento do brincar, as crianças se dispunham em grupos distintos de acordo com a finalidade que tinha seu brinquedo. O maior agrupamento que existia era entre as meninas que brincavam juntas de “casinha”, alguns meninos entravam na brincadeira para fazer o papel de “pai”, no entanto não seguravam as bonecas e nem mexiam nos utensílios domésticos. Essa prática de reprodução, tende a sinalizar como as crianças reproduzem o que elas veem como referência na construção entre os gêneros, tendo a capacidade de exercer com fidelidade os papéis sociais da sociedade capitalista, difundida no modelo tradicional de constituição da família heteronormativa.

Durante o período de recreação, houve ofensas por um menino que por instantes segurou a boneca, os comentários que chegaram até ele ofendiam a sexualidade, ilustrando como atitudes

desviadas de uma norma padrão acaba por taxar a homossexualidade em alguém. Ou seja, a construção social e verbalizada através da atitude da criança agressora, corresponde ao machismo difundido nas práticas e como a LGBTfobia também se caracteriza como uma violência de gênero.

Também é notável como a construção da masculinidade na infância é reforçada pelo estigma dos brinquedos, diante da interatividade das crianças valiam pensar como o reforço das espadas e o faz de conta de lutas entre super-heróis forma um cenário de violência e normaliza confrontos diretos e o desenvolvimento de ser violento na construção de se pertencer ao ambiente masculino.

Em sala de aula, a violência praticada em sua maioria pelos meninos, poucas vezes se tornaram pauta de discussão entre os alunos, a conscientização muitas vezes dava lugar a punições autoritaristas, legalizando a falta de comprometimento dos professores em tornar da escola, um referencial de quebra de preconceito, desigualdade e violências. “A obediência não estimula a responsabilidade. Não expande o senso-crítico e a autonomia” (SANTOS, 2019, p. 18).

Uma escola que não socializa o que acontece em seu entorno, acaba por ser omissa e reprodutora de violências e preconceitos. Os professores dessa instituição, assim como outras, acabam por ser negligentes e pouco analíticos em como as agressões sofridas pelas meninas é uma reprodução da violência sexista. De acordo com Babiuk, Fachini e Santos (2013, p. 28602):

[...] a escola deve ser pensada como espaço de reflexão, onde juntos, alunos e alunas, sejam instigados a pensar sobre sua vida e suas realidades. Esse é um espaço propício para que sejam criadas relações mais igualitárias, e consequentemente realizar a busca por uma sociedade diferente desta dada nos dias de hoje que se configura em um espaço pautado nas relações de poder, onde um é ‘sobre o outro’ e não ‘como o outro’.

Portanto, cabe ao papel dos educadores promover uma ampla discussão em sala de aula sobre as disparidades de gênero, além de criar recursos e embasar no seu dia a dia a equidade entre os sujeitos.

4.2 Escola 2: meninos e meninas brincam com maquiagem

A segunda escola analisada é embasada pela brincadeira como uma das principais referências educativas para o processo de desenvolvimento saudável de uma criança. Projetada minuciosamente em um galpão, o entorno onde acontecem as aulas é dividido por espaços sem a divisão de quatro paredes para determinar a sala de aula. A preocupação com a liberdade e o estímulo à procura do conhecimento através da pesquisa, segue uma linha baseada na metodologia de projetos.

Rangel e Gonçalves (2021), afirmam que a metodologia baseada em projetos segue uma linha de investigação concreta do aluno para a construção do conhecimento, para isso, os alunos precisam ser distribuídos em projetos e tarefas a fim de chegar a alguma resposta. Esse modelo contemporâneo, acaba por romper as convenções tradicionais e torna o estudante um investigador protagonista.

Antes da análise investigativa sobre o interior das relações no momento do brincar, a prática da instituição dá lugar a equidade dos alunos, o direcionamento para os momentos

ao longo da rotina da escola não contém separações, o uso de elementos de convenções de organização como filas e separação de banheiro por gênero, não existem.

O primor do trabalho da instituição rompe a ideia de crescimento sistemático e implanta a liberdade de escolha como tarefa do alunado. A organização do espaço, muito cobrado pela equipe pedagógica, também segue um calendário com funções distribuídas igualmente, ou seja, as crianças de maneira igualitária precisam participar da arrumação e organização dos lugares ocupados por elas durante as aulas, de maneira a colaborar com o trabalho com todos desempenhando funções sem distinção por gênero, tais como: meninas e meninos cuidam igualmente da limpeza, meninos e meninas organizam as carteiras da sala na mesma proporção.

Foi possível perceber que essa prática dá lugar para que as crianças se sintam pertencentes ao ambiente, como responsáveis legal daquele espaço e além disso, todos e todas se empenham em funções ao mesmo nível. A construção que a escola promove, acaba por legitimar nas crianças que tarefas domésticas ou aquelas que exigem um maior esforço físico é dever de todos, e que além do gênero, eles e elas têm qualificação para desempenhar os mesmos papéis com a mesma eficiência.

Por fim, a análise vem de investigação sobre as relações de gênero no brincar. A Escola 2 funciona em período integral, sendo ela dividida entre dois períodos, o matutino para os momentos das aulas e o vespertino para atividades de recreação e brincar livre. Todo o espaço escolar pode ser explorado livremente pelas crianças durante as brincadeiras e por toda escola estão distribuídos brinquedos e jogos para exploração das crianças.

Quadro 2. Atividades realizadas pelas crianças da escola 2.

4. <i>Atividades exclusivas entre as meninas</i>	Conversas cotidianas sobre TV, música e cinema; leituras, brincadeiras com boneca e casinhas.
5. <i>Atividades exclusivas entre os meninos</i>	Brincadeira de força, futebol, faz de conta de animes, “polícia e ladrão” e leituras de gibi.
6. <i>Atividades mistas</i>	Pega-pega, vivo-morto, massinha, desenho, jogos, queimada, corrida de saco, vôlei, pular-corda, médico, salão de beleza e brincadeiras de cozinhar.

Foi muito possível observar que apesar de haver separações, os alunos da Escola 2 brincavam juntos na maior parte do tempo, portanto, as brincadeiras mistas ganharam destaque. Por outro lado, quando separados, os meninos ganhavam o centro da escola com uma maior ocupação corporal pelo espaço.

A violência de gênero muito presente no âmbito escolar, não ganha representatividade na *Escola 2*, apesar de haver brigas entre os gêneros no momento em que brincavam separados, a competição era igualada e pouco havia a rejeição das meninas em brincadeiras que na maioria das vezes eram dominadas pelos meninos. Nada obstante, a liberdade de escolha dos brinquedos e das brincadeiras era uma prática muito comum e os alunos não se tornavam alvo de discriminação por suas escolhas. A flexibilidade para embrenhar nas brincadeiras e desempenhar as mesmas funções, seguia a ótica do respeito, sendo um exercício naturalizado muito comum pelas crianças da instituição.

No discurso, a pauta de uma roda de conversa chama atenção, as meninas reunidas

em um canto do pátio dialogavam sobre os meninos não respeitarem sua autonomia, além de mostrarem uma visão de desrespeito por parte deles durante as brincadeiras. Esse posicionamento na fala chama atenção pelo pertencimento do corpo e a construção do senso crítico e analítico das crianças. Na *Escola 2*, a equipe pedagógica compreendia o momento da brincadeira como crucial para as relações e o desenvolvimento das crianças, portanto, qualquer briga, discussão ou frustração herdada por alguma atividade, servia de disposição para o diálogo, conscientização e necessidade de respeito pelos demais alunos, além disso, a nomeação e a alfabetização de sentimentos, ajudavam os alunos a compreenderem suas demandas sociais.

As brigas, apesar de estarem presentes nos momentos das brincadeiras, não continham uma clara perseguição de gênero. As escolhas de times e agrupamentos eram feitas por uma estratégica visão holística para o aluno que tinha o melhor desempenho correspondente ao jogo.

No entanto, a violência vem internalizada no entendimento de ser homem e mulher, apesar dos meninos e das meninas brincarem na mesma proporção na cozinha e no salão de beleza elaborados com brinquedos, eram as meninas que brincavam de bonecas e se encarregavam pela educação desse “bebê”. Reproduzindo de tal maneira um pertencimento globalmente machista e naturalizado das mulheres na responsabilidade de cuidado da criança e a omissão do homem nesse universo.

Contudo, o salão de beleza reunia a atenção de todas as crianças. As meninas e os meninos se revezavam na maioria das vezes para ocuparem posições de maquiadores, cabeleireiros, manicures e clientes, profissões essas ressaltadas muitas vezes pela busca da vaidade e padronização da beleza imposta socialmente ao ambiente que correspondente a cultura patriarcal feminina.

A *Escola 2*, contém um espaço de brincar destinado ao público da educação infantil, o pedagógico também valoriza a brincadeira como principal fonte de desenvolvimento saudável da criança, além de proporcionar um ambiente pensado para a sua liberdade. A maioria dos alunos do ensino fundamental, vinha do acesso que teve neste espaço. Portanto, as questões de gênero mesmo que de maneira transversal e nem sempre dialogada para a formação daquelas crianças, descendiam naturalmente pela distribuição realizada no espaço.

A partir de uma conversa com uma das representantes dos espaços, ela afirmou que tanto o espaço de brincar, quanto a escola, não reforça o modelo que as demais instituições fazem, isso significa padronizar os alunos dentro do que a sociedade deseja e espera deles. Portanto, o principal lema da unidade, é trazer a liberdade e compreender cada criança como única, diversa e plural, e que muitas vezes, o reforço do que é ser homem e mulher vinha da construção familiar. No decurso da sua fala, que no íterim de uma festa fantasia realizada pela escola, onde a maioria das meninas estavam fantasiadas de princesa e os meninos de super-herói, tanto ela, quanto a equipe pedagógica perceberam que as crianças internalizam a moral do seu personagem na construção da sua conduta, as meninas ficaram delicadas, dóceis e gentis, enquanto os meninos brincavam de força e a brutalidade guiava o seu comportamento.

A unidade tomou a medida de fazer a partir de então festas temáticas, a estratégia seria padronizar as fantasias e não criar uma severa constituição de identidade que fermentava as desigualdades entre as crianças.

Observar o cotidiano na *Escola 2*, demonstra como esse ambiente é transgressor, avultoso e importante na constituição individual de cada alunado, cabendo a ele ser coniventes ou

preparado para romper o preconceito. A formação da equipe pedagógica também licencia um instrumento valioso para combater os estereótipos e desmistificar a imposição de corpos na criança.

4.3 Os brinquedos como uma estratégica dominação patriarcal: Uma análise ao perigoso paraíso das crianças

Vivemos em uma sociedade dominada pelos interesses capitalistas, dentro desse sistema, o centro relativo ao poder está diretamente compreendido nas dominações patriarcais, colocando os homens nas esferas de poder e reduzindo mulheres para as posições de desigualdade.

Por muito tempo, as mulheres foram compreendidas como intelectualmente inferiores aos homens. Intrínseco a essa ideia dominante, a ciência tentou encontrar as diferenças subjacentes a essa suposição, buscando resposta em diversos estudos que provou o equívoco dentro da afirmação. No entanto, o mundo continua de maneira ignorante tentando provar essa falácia diante das maneiras como as criações de meninos e meninas são constituídas.

Como dito e demonstrado até aqui, as brincadeiras e os brinquedos são somatórias para potencialização de desigualdades, pois são por meio desses agentes que acabam se internalizando a construção social de um sujeito.

O paraíso preenchido de prateleiras que encham os olhos com a presença de brinquedos e jogos das mais variadas formas, é uma grande armadilha não só para a população que cresceu se baseando a esfera do que é feminino e masculino, como para as crianças, que são receptivas aquilo que é oferecido a elas.

Como pequenos detetives, as crianças descobrem as categorias a qual pertencem. Após entenderem seu gênero, elas vão transitar em torno das categorias a qual foram expostas desde o nascimento. Por essa razão, as meninas vão em busca de coisas com a tonalidade rosa, enquanto os meninos as rejeitam.

Entrar nas lojas de departamento é se deparar com os reforços de estereótipos constantes, de tal maneira que os produtos são notoriamente destinados à figura feminina ou masculina. As lojas de brinquedos não são menos impróprias, dominadas pela tonalidade azul e rosa, elas demonstram ligeiramente onde estão ligados o que pertence a eles ou a elas.

O guia para a retratação de cor para cada gênero, não surge a princípio como uma explicação ancestral. Com o tempo, os produtos destinados para cada gênero foram ganhando seu colorismo determinantes, tal como em maior escala, o rosa associado às mulheres. Seguindo essa ótica de estereótipo de caracterização, a primeiro momento, se lança o olhar para observar a predominância das cores distintas nas lojas de departamento, como representados na figura abaixo:

Foto 1 - Corredor destinado aos meninos



Foto 2 - Corredor de brinquedos destinado às meninas



Para fermentar a discussão acerca da indústria e a distinção de brinquedos, a loja de departamento das fotos foi analisada para compreender a influência dos brinquedos como fator da ideologia patriarcal na infância, para isso uma tabela foi organizada demonstrando como esses brinquedos são organizados, para posteriormente discutir onde moram as raízes de problemas estruturais na materialização dos brinquedos, criando valores socialmente aceitos em cooperativa as desigualdades.

Quadro 3. A organização dos brinquedos por categorias.

Corredor Rosa	Corredor Azul
Bonecas de profissões	Miniatura de carros
Bonecas de princesa	Bonecos de policiais
Bonecas que imitam bebês	Bonecos de super-heróis
Bonecos, bonecas de desenhos animados com reforço do estereótipo feminino	Bonecos e ursos de desenhos animados com reforço do estereótipo masculino
Kit de maquiagem	Armas com jato de água
Kit com jogo de panelas	Armas com imitação de balas
Kit com utensílios de cozinha	Máscaras de personagens masculinos
Kit com utensílios de passar roupa	Espadas
Carrinho de boneca cor de rosa	Futebol de botão
Bonecos da coleção Barbie- Ken	Kit de bombeiro
Maleta com roupas de bonecas	Kit de policial
Kit de limpeza doméstica	Kit de marinheiro
Ursos de coleção de desenhos animados	Kit com ferramentas de construção

Esses são alguns dos brinquedos encontrados nos corredores das duas variadas seções. Através dessa tabela é possível encontrar os reforços de identidade nos brinquedos que são considerados para meninas e outros para meninos, esse reforço não vem apenas pelas cores predominantes azul ou rosa, como na própria embalagem com a ilustração de uma criança ao gênero “adequado” para aquele brinquedo.

O **corredor rosa** está ligado ao mundo feminino, compreendido pela dominação na esfera do lar a partir da domesticação das meninas, caracterizando-as como donas de casa e mães através da imposição moral de ensinamento análogo a essa esfera. Por outro lado, o **corredor azul** traz o universo masculino amplamente fora das brincadeiras de família, apostando nas atividades de esporte e lazer, muito denominado a ocupação do espaço público, sem obrigação moral e com a dominação masculina no alcance da autonomia e da supremacia do poder do homem.

Foto 3 - Corredor destinado para as bonecas



Foto 4 - Corredor destinado para os brinquedos domésticos



As figuras 3 e 4 demonstram como as instrumentalizações dos brinquedos femininos vêm acompanhadas de um espaço que é dominado pelas mulheres, sua relação a esfera do cuidado, zelo e delicadeza vêm pela romantização de domesticá-las e ao mesmo tempo atribuí-las aos padrões da heteronormatividade com os brinquedos baseados nos contos de fada, como a venda de bonecas da Barbie e o boneco Ken em uma mesma caixa, sendo levadas a um padrão de relacionamento que as projetam ainda mais a paridade com as desigualdades. Com isso, os brinquedos que imitam símbolos do espaço doméstico, caracterizam-se como análogo ao que a indústria vende e o sistema patriarcal impõe sobre a obrigação e o papel da mulher com o cuidado da casa e dos filhos.

Foto 5 - Corredor destinado para brinquedos que imitam armas



Na figura 5, observa-se que a estrutura de brinquedos associados a esfera masculina vêm carregados de subjetividades, manuseios e cores diferentes ao do universo feminino, representando em sua maioria a intencionalidade temática de mistério, poder, perigo e aventura. Esses brinquedos reforçam um estereótipo de supremacia masculina e dominação do espaço, colocando-os em posição muitas vezes violenta, com o armamento e os super-heróis guiando o comportamento masculino.

Dado o exposto, os brinquedos têm seus designs criados para o interesse do sistema capitalista-patriarcal, absorvendo a linguagem dos brinquedos as aptidões, comportamentos, habilidades e papéis distribuídos para cada gênero, inclusive carregado de maneira severa as distinções e imposições de como homens e mulheres devem se relacionar e se comportar diante da estrutura social. Isso corresponde a subalternização entre os gêneros, atribuindo às mulheres um baixo prestígio social ao submetê-las em trabalhos precarizados, o que contribui exponencialmente para a superexploração do trabalho feminino, colocando-as em camadas desiguais referente a dominação das esferas de ascensão do trabalho masculino.

4.4 A máscara que você vive: como o brincar na infância reflete na construção de um adulto

“Vira homem”, “engole o choro”, “isso é coisa de menina”, “se porte como macho”, “quem brinca de boneca é viado”. Essas são algumas das frases que permeiam a rotulação de homens na sociedade. A instrumentalização dessa pesquisa não busca apenas servir de discussão sobre a educação sexual de crianças, adolescentes e adultos, como também, foi pensada em analisar como o machismo introduz uma série de atribuições de violência social, psicológica e moral na construção da infância, limitando, impondo e discriminando a afetividade (associada na construção das mulheres) na masculinidade e a autonomia (associada na construção de homens) na feminilidade.

Essa pesquisa, entra no campo na afetividade para mostrar que gênero, sexo e sexualidade são questões opostas entre si, serve para mostrar que meninos brincando de boneca e casinha, segmenta na construção de homens afetuosos, delicados e presentes, enquanto uma menina brincar de futebol, caracterizará uma mulher forte, independente, autônoma e altruísta. Essa pesquisa serve de produção para a desconstrução de uma moral capitalista-patriarcal que formula nossos corpos para servir a uma doutrinação, para barrar a autonomia de ser, crescer e poder; poder ser quem eu, você, ela ou ele deseja.

Para tanto, analisar as brincadeiras, é observar as camadas da população segmentada pela maneira como a nós está incluída uma série de preconceitos e estereótipos. Analisar o brincar constitui perceber como a sociedade foi criada e como ela se cria o caráter construtivo de uma criança para um adulto. Portanto, essa pesquisa até aqui demonstra como a sociedade corrompe a autonomia humana pelos seus preceitos. Como a sociedade generaliza homens e mulheres deliberados aos seus papéis sociais. Como a sociedade manipula sua vestimenta, sua sexualidade e até mesmo aquilo que você consome.

Essa pesquisa serve para mostrar como homens e mulheres além de estereotipados, são violentados apenas por pertencerem aos seus gêneros, ou por desviarem ao que para eles e elas

são impostos. Ninguém está isento, todos correspondem a alguma violação, seja ele opressor ou a ela oprimida, o mecanismo viola o direito deles se expressarem além da masculinidade tóxica, introduzida no bojo da sociedade conservadora e para elas, fica a violência deliberada por aqueles que foram constituídos na moral de pertencimento a uma classe de gênero que a sociedade potencializa como a maioral.

De acordo com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), no primeiro semestre de 2022, cerca de 31 mil denúncias foram relatadas e 169.676 violações envolvendo a violência doméstica contra as mulheres. Os especialistas apontam que esse número é ainda maior, já que muitas vezes por se sentirem ameaçadas pelos seus agressores, as mulheres acabam por não fazer as denúncias.

Além disso, a violência de gênero na esfera doméstica é ainda mais ameaçadora quando as agressões resultam na morte das vítimas. De acordo com Lins et al. (2016), o chamado feminicídio, se caracteriza pelo assassinato de uma mulher por um parceiro íntimo ou um membro de sua família. Esse aspecto de violência surge por diversas razões, mas o nódulo interior disso reflete na ação da masculinidade estar associada ao poder, ou seja, a necessidade de imposição da sua vontade, sem consentimento, sobre a vontade do outro. O chamado de crime passionai resultou em 1.319 feminicídios em 2021, em média a este número, uma mulher foi morta a cada 7 horas de acordo com o mapa da violência contra a mulher.

A violência de gênero também ganha proporções na masculinidade, apesar da homofobia caracterizar uma avalanche de violência contra homens e mulheres desviantes da norma heterocisnormatividade, o modo como os jovens são doutrinados na infância caracteriza uma violência internalizada. O documentário “A máscara que você vive” da produtora Jennifer Siebel, mostra através de relatos como os meninos usam a máscara da masculinidade para serem aceitos na sociedade, nessa perspectiva a eles estão embutidos os valores culturais, para que assumam um papel de enaltecer desde muito cedo a sua masculinidade. Com isso, a essência da individualidade é velada, dando espaço para a violência contra aqueles que têm condutas consideradas afeminadas pela sociedade.

No documentário a socióloga, Michael Kimmel, afirma que a ansiedade é uma emoção muito provedora nos homens, visto a necessidade de provar sua masculinidade o tempo todo. Com dados relativos à pesquisa realizada nos Estados Unidos, o suicídio é a terceira causa de morte mais comum entre os jovens, sendo eles duas vezes mais suscetíveis a abandonar a escola e quatro vezes mais propensos a reprovar o ano letivo.

O documentário mostra a angústia de crianças, adolescentes e adultos homens se sentirem pressionados pela sociedade machista e patriarcal. Seus corpos dominados pela necessidade de mostrar sua masculinidade, impõe suas ações e incumbe suas emoções, restringindo a relação de desabafo sobre seus sentimentos, sendo essa uma experiência extremamente danosa para eles.

Voltando a população LGBTQIAP+, comunidade vítima da violência de gênero, obteve através de dados que apontam no primeiro semestre de 2022, 135 mortes violentas contra pessoas neste segmento, 20% das vítimas morreram na rua e outras 35% em casa. O grupo mais atingido foram homens gays (46,66%), travestis e mulheres transexuais, representando 42,96%. Em 2021, 300 mortes violentas contra pessoas LGBTQIAP+ foram denunciadas, apenas no primeiro semestre foram 168. Os dados do Grupo Gay da Bahia revelam que violência contra a população LGBTQIAP+ está exacerbada, não resguardando essa população nem mesmo

dentro de suas próprias casas. O crime motivado pelo ódio, demonstra como vivemos uma sociedade foragida por princípios imorais, que colocam em risco a vida de pessoas que desviam da denominação conservadora de ser homem e mulher, imposta pelo sistema.

Diante dos dados alarmantes, é imprescindível que olhemos as nossas ações em responsabilidade de punição e coibição desses atos, além de questionarmos se diante de todas essas violências não prorrogamos a mutilação da sociedade em procriar normas e ideais, especialmente para aqueles que desviam das condutas consideradas corretas. Cabe a nós perguntar se ao invés de definirmos o que é certo ou errado e educar meninos e meninas para a responsabilidade do seu gênero, não seria menos violento e mais democrático aceitar que há diferentes formas de ser homem e mulher. Entendendo que assim, o mundo mais plural e diverso seria ideal para a inclusão da diversidade e menos desigual. Como educadores, o que estamos fazendo para reverter o quadro de recriação da violência de gênero.

5 Considerações finais

Essa pesquisa buscou transcrever como as práticas de separação por gênero nas brincadeiras estão vinculadas às convenções do sistema capitalista-patriarcal, inseridas diretamente na dominação de estereótipos e na construção das desigualdades de gênero. Os principais objetivos foram identificar os aspectos formadores do brincar para as crianças; observar a questão histórica e social para reconhecer como os aspectos machistas e patriarcais dominam o dinamismo do brincar e discutir a categorização de brinquedos e brincadeiras por gênero e relatar a influência negativa da divisão sexual presente nas brincadeiras e como isso reflete para a construção do que viremos a ser no futuro. Além disso buscou-se a importância de pesquisar sobre como esse hábito de divisão sexual nas brincadeiras está diretamente ligada ao desenvolvimento progressivo do sujeito, podendo se enraizar na matriz do seu conhecimento e delimitar sua liberdade de ser, impondo-se as camadas de violência por estereótipo e transformando-se em adultos a serviço do capitalismo. Justificada a isso, a pesquisa busca integrar a partir dessas problemáticas, o reconhecimento das ações sociais para assim, haver procedimentos contra as desigualdades e violências de gênero.

Pesquisar sobre as desigualdades de gênero nas brincadeiras foi fundamental para compreender como a sociedade procria desde a infância uma subalternização dos corpos para lugares de opressão. A pesquisa desvela através de um estudo qualitativo e documental, um problema estrutural tendo em vista o enraizamento desde a concepção do nascimento até a vida adulta, demonstrando que essa problemática não difunde apenas no bojo da família conservadora, e sim, guia uma linha de pensamento social que oferta através do determinismo biológico um enquadramento de gênero. Sendo fundamental a absorção desse estudo para identificar que a escola, prontamente com a ação da equipe pedagógica, discrimina as relações de gênero na escola e através do currículo oculto e a invisibilidade do discurso, moldando as desigualdades entre homens e mulheres para dentro dos pátios e salas de aula.

Para isso, construiu-se um estudo de análise ao campo escolar tendo em vista duas escolas embasadas em metodologias diferentes. Uma projetada ao ensino técnico e outra enfatizada a metodologia de projetos, podendo assim, refletir sobre como a intencionalidade pedagógica e as ações educativas em ambas as instituições refletem nas relações das brincadeiras, assim como, na

interação entre os indivíduos.

Ao longo da pesquisa, procurou-se responder como a sociedade amplia seu discurso patriarcal no desenvolvimento das crianças através das brincadeiras e além disso, como a intencionalidade dos brinquedos fabricados pela manipulação da indústria capitalista carregam em seus viés, a aquisição do conhecimento sobre ser homem e mulher desde muito cedo, fazendo com que as crianças internalizam em seu desenvolvimento, a esfera que cabe ao universo feminino ou masculino. Podemos concluir que as questões de gênero para a formação de professores e professoras ainda é um tema tabu, verbalizando para dentro das escolas discursos que difundem na relação das crianças aquilo que já vem internalizado de casa através do cotidiano familiar. Além do discurso negligenciado e muitas vezes oculto pela falta de estudo sobre o tema, as escolas de modelos mais tradicionais acabam por ser receptoras de desigualdades, já que em todo o espaço e nas mais variadas atividades, meninos e meninas são tratados de maneiras distintas. Para além disso, o sistema rompe a autonomia pessoal, já que em todos os lugares as separações por gênero são amplamente difundidas, seja na esfera educativa, do trabalho, nas relações interpessoais ou até mesmo dentro de casa.

Assim, a contribuição dessa pesquisa professa um senso crítico nos estudos de investigação sobre desigualdade de gênero e a importância de haver relevância na proposta educativa de promover um ambiente limpo de distinções para meninos e meninas, para assim, recriar uma rede de democratização de acessos em atividades, discursos e espaços. São através dos questionamentos e das prerrogativas falhas do sistema capitalista-patriarcal que a pesquisa evidencia, que somos colocados a refletir como existe a hipocrisia dentro do discurso social. Ao mesmo tempo em que se conjuntura uma série de leis e ações de repúdio às mais diversas violências de gênero, a sociedade deixa de refletir em como ela mesmo desenvolve adultos enquadrados a esse sistema opressivo, recriando violências, estereótipos e colocando os indivíduos para serem manipulados pela rede de machismo.

Como pais, mães, educadores, educadoras ou simplesmente homens e mulheres, é importante entendermos que a conduta de um adulto está intrínseco ao que se é oferecido desde a infância, onde a construção de diversos eixos estão em contato com a exploração da natureza social. Enquanto criança, são ofertados todos os estereótipos de gênero pelo seu sexo e a partir disso, se barra o desenvolvimento livre e individual. Essa pesquisa postula uma reflexão social para que, em conjunto, possamos disseminar a quebra das desigualdades e das violências submetidas pela imposição de gênero, oferecendo bolas e bonecas em um nível proporcional para que meninos e meninas tenham um desenvolvimento integral, barrando as desigualdades e reconhecendo as crianças como diversas, únicas e plurais.

Referências

ALVARES, Maria Luzia Miranda. **Beauvoir, o patriarcado e os mitos nas relações de poder entre homens e mulheres**. Rev. NUFEN, Belém, v. 6, n. 1, p. 6-14, 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912014000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 out. 2022.

ANDRADE, José Carlos; LIMA, Teresinha Vilani Vasconcelos. **A visita técnica como**

ferramenta de aprendizagem significativa no ensino de física. VII ENALIC, Fortaleza, Dez. 2018.

AUAD, Daniela. **Educar Meninos e Meninas- relações de gênero na escola.** São Paulo: Editora Contexto, 2006.

AUAD, Daniela. **Relações de gênero na sala de aula: atividades de fronteira e jogos de separação nas práticas escolares.** Pro-Posições, Campinas, SP, v. 17, n. 3, p. 137–149, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643610>>. Acesso em: 9 out. 2022.

BABIUK, Graciele Alves; FACHINI, Flávia Granzoto; SANTOS, Gabriel Nappi. **Violência de gênero nas escolas: implicações e estratégias de enfrentamento.** XI Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, 2013.

BRASIL. Brasil tem mais de 31 mil denúncias de violência doméstica ou familiar contra as mulheres até julho de 2022. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**, ago. 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/eleicoes-2022-periodo-eleitoral/brasil-tem-mais-de-31-mil-denuncias-violencia-contras-mulheres-no-contexto-de-violencia-domestica-ou-familiar>>. Acesso em 08 nov. 2022.

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Resoluções CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/rc/p01_06.pdf>. Acesso em 07 jun. 2022.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**, Volume 2. Difusão Européia do Livro, 2ª Edição, 1970.

BUENO, Samira. **Violência contra mulheres 2021.** Forum brasileiro de segurança pública. Gov, vol. 5, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/eleicoes-2022-periodo-eleitoral/brasil-tem-mais-de-31-mil-denuncias-violencia-contras-mulheres-no-contexto-de-violencia-domestica-ou-familiar>>. Acesso em 08 nov. 2022.

CARRA, P. R. A. **Escola mista? Coeducação? Um desafio histórico para a educação de meninos e meninas.** Cadernos de História da Educação, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 548–570, 2019. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/50310>>. Acesso em: 11 out. 2022.

CARVALHO, Rubem Viana de. **O lugar da coeducação nas práticas docentes, entre misturas e separações: quando fomentam e quando enfrentam as desigualdades de gênero.** Conages, Pernambuco, XIII Colóquio nacional representação de gênero e sexualidade, maio e junho de 2018. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/editora/anais/conages/2018/TRABALHO_EV112_MD1_SA3_ID86_10052018235416.pdf>. Acesso em: 13 out. 2022.

FELIPE, Jane. **Gênero, sexualidade e a produção de pesquisas no campo da educação:**

possibilidades, limites e a formulação de políticas públicas. Pro. Posições, São Paulo, v. 18, nº 2, p 77 a 87, fevereiro de 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/issue/view/1019>>. Acesso em: 24 set. de 2022.

FULAS, Gisele Cristina. **O brincar e o contexto histórico.** Ipa Brasil, 2019. Disponível em: <<https://www.ipabrasil.org/post/o-brincar-e-o-contexto-hist%C3%B3rico>>. Acesso em 26 ago. 2022.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Editora Cortez, 1990.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?.** São Paulo: Editora Cortez, 2005.

LIMA, Elvira Souza. **Brincar para quê?.** São Paulo: Editora Iter Alia Comunicação e Cultura, 2010.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola.** São Paulo: Editora Reviravolta, 2016. Sociedade e Cultura.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós estruturalista.** Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado.** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2001.

MAIA, Ana Claudia Bortolozzi; NAVARRO, Carolina; MAIA, Ari Fernando. **Relações entre gênero e escola no discurso de professoras do ensino fundamental.** Revista do programa de estudo de pós-graduados PUC-SP, São Paulo, nº 32, p. 45 a 52, setembro de 2018. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/psicoeduca/article/view/39178>>. Acesso em: 24 set. 2022.

NASCIMENTO, Antonia. **Divisão sexual dos brinquedos infantis: uma reprodução da ideologia patriarcal.** O social em questão, Rio de Janeiro, ano 17, nº 32, p. 257 e 276, dezembro de 2014.

NASCIMENTO, Antônia Camila de Oliveira. A influência da ideologia patriarcal na definição dos brinquedos infantis. **Em pauta**, Rio de Janeiro, nº 37, v. 14, p. 296-318, 1º semestre de 2016.

PEREIRA, A. S.; OLIVEIRA, E. M. B. DE. Brincadeira de meninas e meninas: cenas de gênero na educação infantil. **Reflexão e Ação**, v. 24, n. 1, p. 273-288, 28 abr. 2016. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/7061>>. Acesso em: 09 out. 2022

PILLETI, Nelson. **Didática geral.** São Paulo: Editora Ática, 2004.

POZAS, Denise. **Criança que brinca mais aprende mais.** Rio de Janeiro: Editora Senac, 2012.

POZEBBOM, Fabio Rodrigues. **Movimento pede que ação de brincar seja instituída por lei.** Agência Brasil, 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-10/movimento-pede-que-acao-de-brincar-seja-instituida-por-lei>>. Acesso em 26 ago. 2022.

RANGEL, Manuel e GONÇALVES, Cláudia. **A metodologia do trabalho de projeto na**

nossa prática pedagógica. CIED – Centro Interdisciplinar de Estudos Educacionais, Set. 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/2809>>. Acesso em 06 nov. 2022.

SANTOS, Elisama. **Educação não Violenta**. 15ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, 1990.

ZAIDMAN, Claude. **La mixité à l'école primaire**. Paris, L'Harmattan, 1996